

Ânforas da uilla romana da Quinta das Longas (S. Vicente e Ventosa, Elvas): resultados de 1990-1998

MARIA JOSÉ ALMEIDA *
ANTÓNIO CARVALHO **

R E S U M O

Os autores apresentam as ânforas recolhidas em nove campanhas de trabalhos arqueológicos – entre 1990 e 1998 – na *uilla* romana da Quinta das Longas (S. Vicente e Ventosa, Elvas).

Após uma breve apresentação da *uilla*, explicam-se os contextos estratigráficos da proveniência dos materiais e as diferentes fases de ocupação romana do sítio e enquadra-se, do ponto de vista metodológico, a abordagem efectuada em função das tipologias disponíveis. O estudo tipológico e o catálogo aparecem organizados por áreas de proveniência e classes.

Considerando a escassez de materiais anfóricos publicados, provenientes de algumas das *uillae* escavadas no actual território português, comparam-se os conjuntos disponíveis com o estudado, apresentando-se algumas pistas para compreender a produção e a circulação dos diferentes conteúdos transportados.

A B S T R A C T

The authors present the amphorae collected in nine campaigns of archaeological work – between 1990 and 1998 – in the Roman *uilla* of Quinta das Longas (S. Vicente e Ventosa, Elvas).

After a brief presentation of the *uilla*, the stratigraphic contexts of the materials are explained, as well as the different phases of Roman occupation of the site. Available typologies are critically discussed. The typological study and the catalogue are organised by areas of provenience and classes.

Considering the insufficient number of publications related to amphoric materials from excavated *uillae* in the Portuguese territory, the available sets are compared to the already studied, and we present some clues to a better understanding of the production and circulation of the different contents transported in the amphorae.

1. Breve apresentação da *uilla* romana da Quinta das Longas¹

A *uilla* romana da Quinta das Longas situa-se na freguesia de S. Vicente e Ventosa, concelho de Elvas (Anexo I). Está implantada numa plataforma aplanada com um ligeiro declive a Norte em direcção à ribeira de Chaves (afluente do Caia). O sítio arqueológico é limitado a Este por um muro, construído em 1881, por ocasião de uma grande surriba para plantio de uma vinha, que poderá ter destruído todos os vestígios da *pars urbana* da *uilla* que se encontrariam para nascente deste. Toda a área compreendida entre este muro e o muro exterior da Quinta a Oeste, e desde a ribeira até ao caminho de acesso à Quinta a Sul, encontra-se pontuada de vestígios arqueológicos à superfície. Uma maior concentração de vestígios é registada aproximadamente na metade norte do rectângulo assim definido. Recentes prospecções sistemáticas na envolvente do sítio revelaram a existência de vestígios de ocupação romana também na margem oposta da ribeira de Chaves (já na actual Herdade da Torre de Sequeira), num declive de terreno “gémeo” do local de implantação da *pars urbana* da *uilla* da Quinta das Longas. (Anexo II)².

Situado numa área de abundantes recursos hídricos (além da já citada ribeira de Chaves, existem três nascentes de água no espaço da actual propriedade), o sítio arqueológico localiza-se numa área de solos mediterrâneos vermelhos ou amarelos com capacidade de uso agrícola do tipo B. Regista-se junto da ribeira uma mancha de tipo A, associada ao depósito de aluviões.

O sítio arqueológico é conhecido há cerca de um século, desde que a surriba efectuada no final do século XIX pôs a descoberto vestígios de época romana, tendo alguns materiais sido recolhidos por Victorino de Almada para o Museu de Elvas. Posteriormente, António Tomás Pires identifica o sítio e publica-o no *O Arqueólogo Português* (Pires, 1901). O facto de se encontrarem, entre estes materiais arqueológicos um fragmento de mosaico e de um baixo-relevo em mármore, levou a que se considerasse este sítio como uma *uilla* e, conseqüentemente, fosse referido nos repertórios de *uillae* conhecidas no actual território português (Gorges, 1979, p. 467; Alarcão, 1988, p. 154).

Os trabalhos arqueológicos no sítio da Quinta das Longas iniciaram-se em 1990, com uma campanha de prospecção sistemática levada a cabo na área de maior concentração de materiais arqueológicos, o que permitiu uma primeira hipótese interpretativa da planta e áreas funcionais da *uilla* (Carvalho, 1994). De acordo com os dados da prospecção foi programada a escavação arqueológica sistemática que se iniciou no ano seguinte. Neste momento, realizaram-se já oito campanhas de escavação que decorreram entre 1991 e 1998, prevendo-se para um futuro próximo a conclusão dos trabalhos face aos objectivos estabelecidos para o estudo deste sítio arqueológico.

Os trabalhos arqueológicos na *uilla* da Quinta das Longas incidem sobre a *pars urbana*, podendo neste momento apresentar-se já uma primeira leitura das diferentes fases de ocupação do sítio e respectiva caracterização.

A data de fundação da *uilla* deverá situar-se em época claudiana, entre Cláudio e Nero, podendo eventualmente recuar ao reinado de Tibério. Esta cronologia é estabelecida de acordo com os materiais arqueológicos mais antigos recolhidos no sítio, concretamente *terra sigillata* sudgálica e cerâmica de paredes finas. Desta primeira fase de ocupação — designada como villa I — subsistem alguns vestígios estruturais sem aparente continuidade com a construção da *uilla* baixo-imperial (Anexo III). Estes muros apresentam diferenças relativamente à villa II a nível de técnica de construção (menos cuidada que o aparelho construtivo posterior) e de implantação e orientação, o que leva a considerar que existe uma descontinuidade de ocupação entre estes dois momentos. Não existem quaisquer dados a partir dos quais se possa inferir a existência de

um hiato de ocupação entre a villa I e a villa II, pelo que genericamente se considera que a primeira villa tem uma ocupação que vai do século I ao século III d.C.

A ocupação mais bem caracterizada do sítio arqueológico da Quinta das Longas é a que corresponde à *uilla* baixo-imperial, da qual se conserva um conjunto de estruturas que permitem a reconstituição do modelo arquitectónico utilizado. Os materiais arqueológicos recolhidos *in situ* no interior dos compartimentos e em unidades estratigráficas correspondentes à construção do edifício (concretamente sob o nível de pavimento das ábsides Norte e Oeste da sala 1) situam claramente a ocupação da villa II em termos cronológicos dos finais do século III aos inícios do século V.

A uilla II é uma *uilla* de peristilo, organizando-se os compartimentos identificados em função deste. Ainda não é possível neste momento saber como se estrutura a ala norte do peristilo, nomeadamente na sua relação com o espelho de água (7) e com a ribeira de Chaves, que parece constituir o limite *natural* do conjunto edificado. Identificam-se duas fases de construção/ocupação da villa II a partir de vestígios de remodelação de alguns compartimentos, com portas ou passagens que se fecham ou paredes construídas para redimensionar espaços pré-existentes. As remodelações terão sido levadas a cabo com o sítio em continuidade de ocupação, sem que seja possível datar especificamente essas evidências arqueológicas.

2. Contextos estratigráficos de proveniência das ânforas

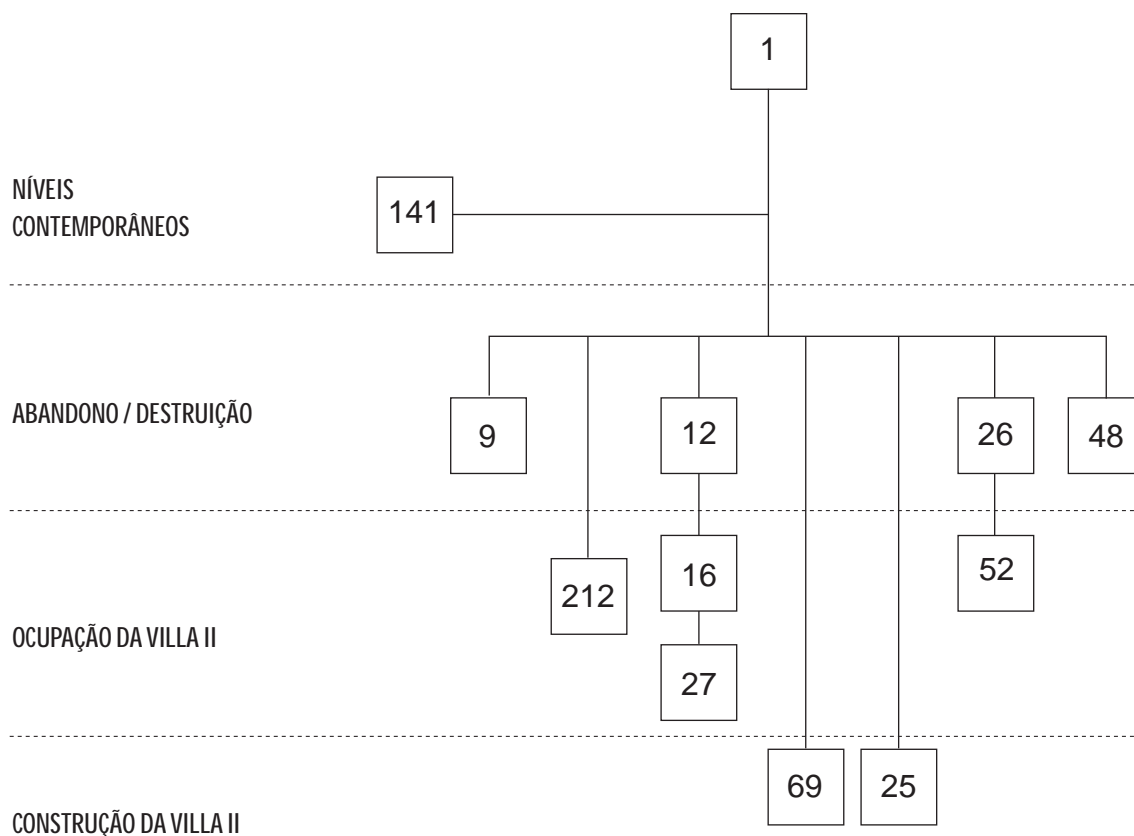


Fig. 1 Relação das unidades estratigráficas onde foram recolhidos fragmentos de ânfora.

A maioria dos fragmentos de ânfora do conjunto em análise provém da camada humosa superficial [1] que cobre o sítio arqueológico após o seu abandono/destruição. Os materiais arqueológicos presentes nesta unidade estratigráfica resultam do revolvimento dos diferentes estratos de abandono, ocupação e construção das villas I e II nas suas diferentes fases na sequência dos trabalhos agrícolas levados a cabo no local, não lhes podendo ser atribuída nenhuma leitura estratigráfica significativa. Existe também um fragmento de ânfora proveniente do enchimento da vala de construção do muro do século XIX [141] que terá cortado a *pars urbana* a Este.

Da fase de abandono/destruição do sítio arqueológico, temos ânforas de unidades estratigráficas correspondentes ao derrube dos telhados do edifício, [9], [12] e [26], nomeadamente da sala 1. Na unidade [48], correspondente ao entulhamento do espelho de água (7), foi recolhido também um fragmento de ânfora que se apresenta em catálogo (n.º 10).

Estas unidades estratigráficas relativas ao abandono da *uilla* ou assentavam sobre pavimentos (como é o caso de [9] sobre o pavimento da divisão 1, ou [48] sobre o negativo das placas de mármore que constituíam o revestimento do espelho de água) ou selavam níveis de ocupação da *uilla* baixo-imperial. É o caso de uma lixeira [52] identificada nas traseiras da divisão 1, encaixada entre esta e o espelho de água. Neste local foi recolhido abundante espólio cerâmico e restos de fauna que permitem uma caracterização dos hábitos alimentares dos habitantes deste sítio arqueológico na sua última fase de ocupação. Os fragmentos de bojo de ânfora aqui recolhidos não permitem a reconstituição de formas, mas as características da pasta e a presença de grafitos são muito semelhantes ao exemplar n.º 7 do catálogo em particular e, em geral, ao que se conhece das produções dos fornos do Sado no Baixo Império, nomeadamente no Pinheiro (Mayet e Silva, 1998). A unidade estratigráfica [27] corresponde também a um nível de ocupação identificado nas traseiras da ábside Sul da divisão 1, sendo [212] reconhecido na recente campanha de escavações de 1998 já no que consideramos ser o limite Norte do conjunto edificado da *pars urbana* da *uilla*, área cuja leitura/interpretação ainda está naturalmente por fazer.

No interior das ábsides Oeste e Norte da sala 1 foram escavadas duas unidades estratigráficas que correspondem à fase de construção da villa II, respectivamente [69] e [25]. O conjunto de materiais arqueológicos recolhidos nestes contextos são fundamentais no estabelecimento da cronologia de construção da *uilla* baixo-imperial; entre eles contam-se inúmeros fragmentos de ânfora, embora apenas um (n.º 11) permita a identificação da forma e consequente classificação.

3. Pressupostos metodológicos

O presente conjunto representa o resultado de nove campanhas de trabalhos arqueológicos na *uilla* romana da Quinta das Longas (prospecções sistemáticas e escavação) que decorreram entre 1990 e 1998. O processo de escavação deste sítio arqueológico ainda se encontra em curso, pelo que a análise feita a partir dos materiais que agora se apresentam deve ser necessariamente encarada como uma primeira apresentação de resultados, só completada com a publicação integral do conjunto anfórico que se pretende incluir na monografia final. No entanto, e tendo em conta que os trabalhos de escavação arqueológica programados para esta *uilla* se encontram numa fase de conclusão, a homogeneidade do conjunto parece autorizar já uma leitura do significado deste grupo de ânforas no contexto da ocupação do sítio arqueológico.

Durante os trabalhos de prospecção e escavação foram recolhidos sistematicamente todos os fragmentos de ânfora encontrados. Os fragmentos que se apresentam em catálogo são aqueles que permitem a identificação da forma (bordos, fundos e asas), sendo excluídos os fragmentos de bojo, à excepção dos que apresentam grafitos. O conjunto que constitui o catálogo é assim a base deste estudo, embora sejam considerados os outros fragmentos no que diz respeito à constatação da presença de material anfórico nos contextos estratigráficos escavados.

A identificação e classificação das ânforas estudadas assenta em critérios tipológicos quanto à forma do contentor, não sendo tomada em linha de conta a caracterização das pastas. Este facto prende-se com a impossibilidade técnica de realizar análises químicas e/ou petrológicas do conjunto em análise. Num momento em que este tipo de estudo se encontra já desenvolvido entre nós (cf., por exemplo, Cabral, Gouveia e Morgado, 1996; Mayet, Schmitt e Silva, 1996, p. 121-165), parece contraproducente apresentar conclusões baseadas em análises macroscópicas de base empírica feitas por não-especialistas. Com uma intenção meramente descritiva, apresenta-se, contudo, no catálogo uma observação das características da pasta de cada fragmento, feita a partir da observação macroscópica. As análises de pasta, fundamentais na determinação de características e origens dos fabricos anfóricos, guardam-se assim para futuros estudos no âmbito do desenvolvimento do projecto de estudo do *uilla* romana da Quinta das Longas.

A tabela de classificação utilizada é a proposta por D. P. S. Peacock e D. F. Williams (1986), embora se apresente também a terminologia tradicional usada para as ânforas presentes na Lusitânia, conforme parece ser o hábito generalizado dos investigadores que se dedicam a este assunto.

O quadro tipológico adoptado — sem qualquer problematização da nossa parte, relativamente à forma de construção e divisões tipológicas, pois não nos parece ser o local apropriado — quanto às ânforas da Lusitânia (significativamente maioritárias neste conjunto) é o apresentado recentemente nos estudos sobre as ânforas do Sado (Mayet, Schmitt e Silva, 1996; Mayet e Silva, 1998). Ao longo das décadas de 80 e 90, por várias vezes, diferentes investigadores afirmaram convictamente que a tipologia de ânforas de fabrico lusitano só poderia ser fixada a partir do estudo dos diferentes tipos e variantes de contentores recolhidos na escavação dos vários centros produtores. Assim sendo, não só os estudos sistemáticos acima referidos representam o quadro de referência mais completo quanto às produções anfóricas lusitanas no estado actual da investigação sobre este tema, como efectivamente se regista uma particular coincidência entre as formas presentes na Quinta das Longas com o conjunto das ânforas do Sado.

Relativamente à questão do estabelecimento de paralelos e comparações com outros conjuntos de ânforas, são consideradas duas linhas de análise: por um lado, consideram-se os centros produtores conhecidos para as ânforas da Lusitânia e, por outro outros centros de consumo que possam apresentar características semelhantes à *uilla* da Quinta das Longas.

O estabelecimento de paralelos com os centros produtores de ânforas é essencial na determinação da origem dos produtos consumidos na Quinta das Longas e, conseqüentemente, dos mercados supra-regionais em que se integra. Além dos centros produtores do vale do Sado (Barrosinha, Bugio, Enchurrasqueira, Abul, Pinheiro, Quinta da Alegria e Setúbal) já citados, foram tomados em linha de conta também os do vale do Tejo (Porto dos Cacos, Quinta do Rouxinol) e do Algarve (Martihal, S. João da Venda, Quinta do Lago e Castro Marim). Este estabelecimento de comparações faz-se apenas do ponto de vista tipológico quanto à forma, com a consciência

de que esta análise se reveste de um carácter redutor, tanto mais que em termos de forma as variações dentro de cada classe podem ser pouco significativas quanto à determinação de origem. Como já foi referido anteriormente, a determinação concreta de um grupo de origem, para que seja verdadeiramente operativa, deverá ter em linha de conta análises de pasta que ficam excluídas deste trabalho.

Sendo o conjunto de ânforas da Quinta das Longas um espelho dos hábitos de consumo desta *uilla*, a comparação com outros sítios com um tipo de ocupação semelhante poderá revelar coincidências ou discrepâncias significativas dos circuitos económicos em que se integra. Nesta perspectiva de análise, foram considerados outros sítios de ocupação rural romana no actual território português com conjuntos de ânforas publicados.

No panorama da actual investigação neste domínio, o sítio de S. Cucufate continua a apresentar-se como situação excepcional em termos de informação disponível. Na monografia do sítio é apresentada uma primeira análise do conjunto das ânforas recolhido no decurso dos trabalhos (Alarcão, Etienne e Mayet, 1990, p. 251-255), posteriormente foi publicado um estudo especificamente dedicado ao conjunto anfórico (Mayet e Schmitt, 1997), constituindo assim a principal referência para as ânforas da Lusitânia relativamente aos centros de consumo rurais. Além de S. Cucufate, são consideradas outras *uillae*, como a de Povos (Vila Franca de Xira) ou Vilares de Alfundão (Ferreira do Alentejo). No primeiro caso, trata-se de um conjunto de ânforas recolhidas no decurso de escavações arqueológicas entre 1984 e 1990 que foram objecto de publicação específica (Banha, 1991-1992), sendo o segundo resultado de prospecções de superfície (Norton et al., 1993-1994). Da região de Sintra conhece-se também o material anfórico de *uillae*, provenientes de recolhas de superfície, achados ocasionais ou escavações (Pimenta, 1982-1983).

Excluem-se sítios de ocupação urbana, como é o caso de Conímbriga, Setúbal, Alcácer do Sal, Lisboa ou mesmo Mérida, por se privilegiar a comparação com sítios com características semelhantes em termos de hábitos e dinâmicas de consumo às da *uilla* da Quinta das Longas. Por outro lado, parece ser particularmente de notar o contexto regional em que este sítio se integra, naturalmente ligado à capital provincial, *Augusta Emerita* e seu território. Essa perspectiva de análise contudo ficará fora do âmbito do presente trabalho, procurando desenvolvê-la no âmbito do prosseguimento do projecto de investigação sobre a ocupação rural romana na região de Elvas.

4. Estudo tipológico

4.1. Ânforas béticas

4.1.1. Classe 19 (Beltrán IIb) (Fig. 5)

As ânforas da Classe 19 são contentores destinados ao transporte de preparados piscícolas da Bética com uma difusão em termos cronológicos que vai desde o século I d.C. (mais concretamente desde a época tibero-claudiana) até meados do século II (Beltrán, 1970, p. 420-448). São ânforas de grande dimensão, com o bordo extrovertido quase em forma de trompete, com as asas arrancando directamente sob o bordo ou mesmo a partir dele, como é o caso do exemplar da Quinta das Longas. Esta peça apresenta a pasta típica dos fabricos de Cádiz (Peacock e Williams, 1986, p. 121), que facilmente se distingue pela sua cor ocre e textura homogénea ligeiramente arenosa.

Este fragmento de bordo provém da unidade estratigráfica [1], não sendo por isso possível saber concretamente a que momento de ocupação do sítio pertence. No entanto, e dado o âmbito cronológico conhecido para a difusão deste tipo de contentor, supõe-se que corresponde à ocupação da uilla I.

4.1.2. Classe 25 (Dressel 20) - n.º 2 (Fig. 5)

Foi recolhido nos trabalhos de prospecção sistemática que antecederam a escavação um fragmento de bordo e asa de uma ânfora que se enquadra nesta classe. Trata-se uma ânfora oleária da Bética que tem uma ampla difusão sobretudo nas províncias ocidentais do Império desde o período de Tibério até ao século III d.C., podendo prolongar-se até ao século IV (Peacock e Williams, 1986, p. 136-140).

O exemplar da Quinta das Longas apresenta uma variante do bordo de secção triangular com a face externa virada para o exterior, com o colo curto e asas de secção circular, que corresponderá a um fabrico dos meados do século II (Mayet e Schmitt, 1997, p. 74). Apresentando vestígios de ter sido utilizada como material de construção, podemos supor que fará parte dos materiais reaproveitados da uilla I que foram integrados na construção da *uilla* baixo-imperial. Embora as condições de recolha deste fragmento não permitam a sua contextualização segura, a utilização de fragmentos de recipientes cerâmicos nos muros da uilla II é uma situação que se verificou recorrente com a escavação do sítio e à qual poderá corresponder este exemplar.

4.2. Ânforas Lusitanas

4.2.1. Classe 20/21 (Dressel 14) (Fig. 5)

A classe 20/21 reúne os exemplares típicos da primeira fase de produção das ânforas destinadas ao transporte de preparados de peixe da Lusitânia. Este tipo de ânfora foi também produzido na Bética, o que levou alguns investigadores a considerar (dada a anterioridade genérica da produção de ânforas béticas) que o tipo lusitano sucedia e imitava o protótipo criado nessa província (Parker, 1977, p. 35-46; Peacock e Williams, 1986, p. 126-129). No estado actual das investigações, particularmente com a escavação de fornos que produziram este tipo anfórico no vale do Sado, sabe-se que os contentores desta classe são uma criação lusitana, sendo as propostas de distinção entre a classe 20 (= Dressel 14 bética/Beltrán IVa) e a classe 21 (= Dressel 14 lusitana/Beltrán IVb) pouco operativas³ tanto mais que a produção destes contentores na Bética é ainda mal conhecida.

Assim, reúnem-se nesta classe os fragmentos de bordo pertencentes a contentores produzidos na Lusitânia para o envase de preparados piscícolas, desde os meados do século I d.C. até aos inícios do século III. São ânforas de maior dimensão do que aquelas que as sucedem no Baixo Império, com o colo largo adequado ao tipo de espécies piscícolas utilizadas, entre as quais se contaria o atum (Étienne, 1990, p. 15-19). Foram produzidas nos vales do Tejo e do Sado, conhecendo-se também uma produção algarvia em S. Bartolomeu de Castro Marim (Vasconcellos, 1898) e Quinta do Lago (Arruda e Fabião, 1990).

Segundo a proposta enunciada por F. Mayet e C. Tavares da Silva para os fornos do Pinheiro, esta classe divide-se em três variantes de acordo com a morfologia do bordo: nos meados do século I, uma primeira variante (A) apresenta o bordo em fita, em clara afinidade com modelos béticos — nomeadamente da classe 15 (Haltern 70) — à qual sucede a variante com o bordo de

secção triangular (B); as ânforas de bordo de secção arredondada (C) representam o último estágio de evolução tipológica nesta primeira fase de produção. Esta última variante não só é a mais comum nos fornos estudados como terá sido aquela que conhece maior difusão durante quase todo o século II (Mayet e Silva, 1998, p. 62-64).

Os exemplares números 3, 4 e 5 da Quinta das Longas pertencem à variante C, estando ausentes as variantes mais antigas, cuja produção se conhece principalmente associada aos fornos da área urbana de Setúbal (Silva, 1996, p. 43-54). Além dos fornos do Pinheiro, encontramos exemplares semelhantes aos da Quinta das Longas em outros centros produtores do vale do Sado (Barrosinha⁴, Bugio⁵, Enchurrasqueira⁶, Abul⁷ e Quinta da Alegria⁸) e do Tejo (Garrocheira⁹ e Porto dos Cacos¹⁰).

O exemplar n.º 6 pertence a uma fase mais tardia, caracterizada nos fornos do Pinheiro como um período de transição entre a primeira e a segunda fase de produção (Mayet e Silva, 1998, p. 113-123). O tipo de contentor desta fase — final do século II e inícios do século III — representa a transição entre as ânforas de maior dimensão da classe 20/21 e as das classe 23, com um progressivo estreitamento do colo e diminuição do diâmetro interno de abertura. É o caso deste fragmento de bordo, com uma dimensão da abertura e colo mais próxima da dos contentores baixo-imperiais da Quinta das Longas, e que teria menores dimensões que os outros exemplares identificados na mesma classe.

A difusão desta variante tardia terá tido pouca expressão fora da Lusitânia, tendo sido identificada pela primeira vez num centro de consumo rural (Mayet e Schmitt, 1997, p. 78). O exemplar da Quinta das Longas em termos de morfologia do bordo é semelhante aos identificados em S. Cucufate¹¹, e nos fornos da Enchurrasqueira¹², Abul¹³ e Pinheiro¹⁴.

O fragmento de bordo n.º 6 apresenta um tipo de pasta bastante diferente dos outros três fragmentos pertencentes a esta classe, acinzentada na secção e com sinais de recozedura. Enquanto os exemplares n.ºs 3 a 5 se mostram em termos de análise macroscópica semelhantes às pastas do vale do Sado, o fragmento de bordo n.º 6 parece aproximar-se da descrição de alguns dos exemplares desta classe identificados na Quinta do Lago, embora a morfologia do bordo seja diversa (Arruda e Fabião, 1990, p. 202). Note-se que, embora se conheça a produção deste tipo de ânfora no vale do Sado, tem-se associado esta variante tardia de menores dimensões a produções algarvias, nomeadamente do forno de S. Bartolomeu do Mar em Castro Marim (Vasconcellos, 1898; Fabião 1996, p. 377). Naturalmente que a determinação da proveniência do exemplar da Quinta das Longas não pode ser efectuada senão com base empírica, já que só análises petrográficas e/ou químicas poderiam eventualmente estabelecer o seu grupo de origem.

Todos os exemplares desta classe foram recolhidos em unidades estratigráficas relativas às perturbações contemporâneas a que o sítio esteve sujeito. Os n.ºs 3, 4 e 6 pertencem à camada humosa de superfície [1], continuamente revolvida por trabalhos agrícolas, e o n.º 5 à unidade estratigráfica [141] que corresponde ao enchimento da vala de implantação do muro que no século XIX cortou a *pars urbana* da *uilla* a Este. Não existe assim a possibilidade de datar estratigraficamente estes fragmentos de ânfora, embora pela sua datação tipológica se possa admitir que correspondem à primeira ocupação do sítio (*uilla* I).

4.2.2. Classe 23 (Almagro 51c) (Figs. 6 e 7)

A maioria das ânforas identificadas na *uilla* romana da Quinta das Longas pertence à classe 23 (Almagro 51c). Trata-se de uma ânfora de produção lusitana destinada ao transporte de pre-

parados de peixe que foi produzida entre o século III e o século V, tanto nos vales do Sado e Tejo como na costa algarvia. É uma ânfora de menores dimensões do que as suas congéneres do Alto-Império, caracterizada pela sua morfologia piriforme. As alterações na morfologia e dimensões do contentor corresponderão não só a diferenças nos conteúdos (que terão passado a utilizar espécies piscícolas de menores dimensões como as sardinhas e cavalas) como também a uma alteração nas dinâmicas dos centros produtores de preparados de peixe da Lusitânia (Étienne, Makaroun e Mayet, 1994).

Segundo F. Mayet e C. T. da Silva, tal como acontece com as ânforas da classe 20/21, neste momento é possível distinguir três variantes dentro da classe 23 com um significado cronológico preciso. Assim, o primeiro momento de produção deste tipo de ânfora baixo-imperial corresponde à transição entre o século II e o século III e acompanha a produção da variante tardia da classe 20/21. Trata-se de uma ânfora destinada ao transporte de preparados piscícolas, de pequenas dimensões, com colo curto rematado por um bordo formando uma aba horizontal a partir da qual arrancam as asas que se apoiam sobre os ombros de um corpo piriforme com fundo plano (Mayet e Silva, 1998, p. 120-123).

No entanto, a determinação quer da cronologia, quer do conteúdo dos contentores deste primeiro momento de produção não é pacífica. A. M. Dias Diogo pela primeira vez levanta a possibilidade destas ânforas se destinarem ao transporte de vinho (Diogo, 1987, p. 184). Mais recentemente, C. Fabião retoma esta posição, recuando a datação do seu primeiro momento de produção para a transição do século I para o século II. Esta leitura cronológica tem por base os resultados das escavações em Conímbriga, Alcácer do Sal, ilha do Pessegueiro e nas olarias do Vale do Tejo, onde esta variante aparece em clara associação com as ânforas da classe 20/21 (Fabião, 1997, p. 165-166).

Embora a escavação da *uilla* da Quinta das Longas ainda esteja em curso, a intervenção tenha incidido num sector da *pars urbana* e o conjunto anfórico seja reduzido, regista-se para já a ausência dos exemplares da variante A da classe 23. Esta ausência poderá constituir um indicador para a existência na região da produção de vinho, a aceitar-se a proposta de um conteúdo vinário para este tipo de ânforas.

A este primeiro momento de produção sucede nos meados do século III e até ao século IV a variante B que poderá ser considerada a ânfora lusitana “típica” no Baixo-Império. É um contentor piriforme com o diâmetro máximo na sua metade superior, de asas curtas que desenham um arco de círculo ao apoiar-se sobre os ombros da peça; o bordo pode apresentar algumas variações em termos de morfologia, sendo sempre inclinado para o exterior, e o fundo é cilíndrico e oco, com ônfalo central na face externa (Mayet e Silva, 1998, p. 143-148).

Durante o século IV e até ao século V, as ânforas desta classe diminuem a sua capacidade, apresentando um corpo fusiforme mais alongado e estreito com o fundo troncocónico pouco diferenciado. As asas são curtas e arrancam da parte inferior do bordo sendo por vezes quase verticais (Mayet e Silva, 1998, p. 202-203).

A nível dos pequenos fragmentos nem sempre é possível distinguir com exactidão as diferentes variantes, nomeadamente quando se conhecem apenas fragmentos de bordo. É essa a razão que leva a apresentar alguns dos exemplares (n.ºs 9, 13 e 15) com a classificação alternativa “variante B ou C”. Relativamente aos fragmentos de fundo, os exemplares n.ºs 18 e 19 são fundos cilíndricos ocos com ônfalo central externo característicos da variante B, enquanto n.º 17 pertence à variante C. Tendo em conta a morfologia dos bordos, e sobretudo o arranque das asas, classificam-se os exemplares n.ºs 7, 11, 12 e 14 como pertencentes à variante B e os n.ºs 8 e 10 à variante C.

Um factor digno de nota é a presença de grafitos nos exemplares n.ºs 7, 23 e 24. Tratam-se de marcas realizadas antes da cozedura com a pasta ainda fresca, provavelmente durante o processo de secagem. Podem tratar-se de marcas de controlo de produção isto se não tiverem uma intenção meramente decorativa. Parece ser o caso da linha ondulada da ânfora n.º 7, muito semelhante a motivos decorativos identificados no centro produtor do Pinheiro (Mayet e Silva, 1998, p. 147). Já no caso dos exemplares n.ºs 23 e 24, é impossível saber se correspondem a caneluras decorativas ou marcas figurativas já que os mesmos se encontram incompletos.

Para os exemplares desta classe podem ser encontrados paralelos morfológicos em praticamente todos os centros produtores de ânforas do vale do Sado e Tejo, bem como do Algarve, tornando-se fastidiosa uma enumeração de paralelos caso a caso. Pela análise macroscópica da pasta, apenas um exemplar desta classe (n.º 8) parece não ter sido produzido no Vale do Sado/Tejo, mas aproximar-se das produções algarvias do Martinhal (Silva, Soares e Correia, 1990, p. 226-223; Mayet, Schmitt e Silva, 1996, p. 156-158).

A maioria das ânforas da classe 23 (Almagro 51c) encontradas na Quinta das Longas foram recolhidas na camada humosa de superfície [1]. No entanto, alguns exemplares encontram-se em unidades estratigráficas bem definidas da *uilla* baixo-imperial. Assim, encontramos no interior da ábside oeste da sala 1, num nível [69] correspondente à construção da villa II, um exemplar (n.º 11) da variante B datada dos meados do século III-século IV. Encontramos igualmente contentores desta variante nos níveis de ocupação desta fase da *uilla* [27], [52] e [212]. Significativamente, os exemplares recolhidos nas unidades estratigráficas correspondentes ao abandono/destruição do sítio — [12] e [48], respectivamente derrube da cobertura da sala 1 e entulhamento do espelho de água — pertencem à variante tardia (C), característica do século IV-V.

4.3. Ânforas de difícil classificação (Fig. 7)

Não foi possível determinar com certeza a classificação de dois dos exemplares apresentados em catálogo. O n.º 21 é um pequeno fragmento de bordo de secção sub-rectangular alongada formando uma aba vertical. As características da pasta analisada macroscopicamente são bastante diferentes de todos os outros fragmentos de ânfora da Quinta das Longas, não parecendo ser uma produção lusitana nem se aproximando dos fabricos béticos identificados nas classes 19 (Beltrán IIb) e 25 (Dressel 20). As reduzidas dimensões do bordo bem como o seu estado de conservação tornam particularmente arriscada qualquer proposta de classificação baseada na morfologia do mesmo.

Também não foi atribuída classificação ao exemplar n.º 22, um fragmento de fundo cilíndrico oco, possivelmente de base plana. Neste caso, a pasta não parece muito característica das produções anfóricas, estando mais próxima do que conhecemos dos fabricos de cerâmica comum romana presentes na Quinta das Longas. A peça foi cozida em ambiente redutor com arrefecimento oxidante, apresentando vestígios de ter sido queimada ainda no processo de cozedura. Estas características fazem lembrar os exemplares rejeitados que se conhecem em alguns locais de produção, embora seja de estranhar a presença de um fabrico rejeitado de uma fornada num local de consumo interior. Meramente como hipótese podemos também pensar que se trata de um fabrico local de um recipiente morfológicamente próximo das ânforas ou de um tipo de ânfora de origem e morfologia não identificada.

5. O significado das ânforas da Quinta das Longas

No conjunto de fragmentos de ânfora recolhidos na sequência de oito anos de trabalhos arqueológicos levados a cabo na *uilla* romana da Quinta das Longas, foi possível identificar 24 exemplares distribuídos da seguinte forma de acordo com a sua classificação:

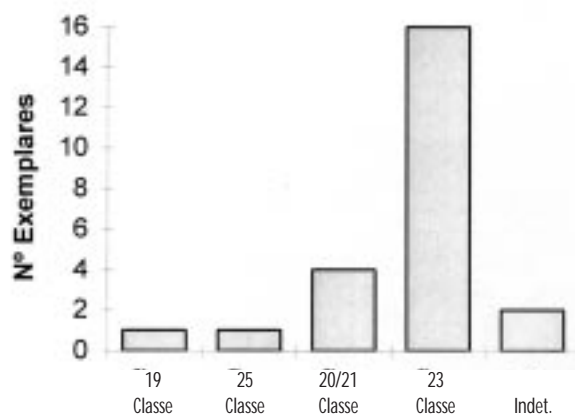


Fig. 2 Classificação das ânforas identificadas.

O conjunto não é muito numeroso, sobretudo se considerarmos a área escavada (cerca de 1200 m²) e o facto menor de resultar da recolha sistemática de todos os fragmentos identificados no decurso dos trabalhos. Comparando o número de exemplares recolhidos durante a campanha de prospecção com o conjunto proveniente de recolhas de superfície na *uilla* romana de Vilares de Alfundão (Ferreira do Alentejo) (Norton et al., 1993-1994, p. 184), a proporção é de 2 para 167. Naturalmente que há que ter em conta o tipo de perturbações pós-deposicionais a que os sítios estiveram sujeitos, e no caso de Vilares de Alfundão houve trabalhos de lavra funda com recurso a meios mecânicos a que a Quinta das Longas não esteve sujeita.

De qualquer forma, a reduzida expressão do número de ânforas entre a cerâmica recolhida veio a confirmar-se com a escavação do sítio. O facto de os trabalhos, quer de prospecção, quer de escavação, terem incidido sobre a *pars urbana* da *uilla* contribuirá também para esta situação. Pela própria natureza destes recipientes cerâmicos, destinados aos transportes e, eventualmente, ao armazenamento de bens de consumo, não será de estranhar que não tenham uma presença muito forte na área residencial do proprietário da *uilla*.

Esta questão, contudo, deve ser equacionada em função da posição que a Quinta das Longas ocupa no contexto da difusão dos produtos transportados em ânforas para os mercados do interior. Mais uma vez, esta leitura é condicionada pela natureza da informação disponível sobre os centros de consumo no mundo rural. Além do caso excepcional de S. Cucufate, o que se conhece são referências pontuais à presença de ânforas entre o espólio recolhido. De qualquer forma, estas referências permitem-nos saber que as ânforas chegaram não só a grandes *uillae*, como é o caso de Pisões em Beja (Ribeiro, 1972, p. 22, 26, 30), mas também a pequenos núcleos habitacionais classificados como casais agrícolas escavados no concelho de Montemor-o-Novo (Paço e Lemos, 1962) ou no próprio concelho de Elvas (Carvalho, Almeida e Pinto, 1997)¹⁵.

A *uilla* romana da Quinta das Longas integra-se assim no circuito de distribuição dos produtos transportados em ânforas para os mercados do interior. Não sendo uma grande *uilla*, como S. Cucufate, a reduzida expressão do número de ânforas poderá reflectir exactamente essa diferente posição/dimensão enquanto centro de consumo¹⁶. Pouco sabemos contudo sobre a forma como se efectuava o abastecimento para os aglomerados populacionais rurais do interior, sendo de admitir que outros tipos de contentor pudessem ser utilizados para o transporte terrestre (e/ou fluvial) de produtos inicialmente envasados em ânforas.

Outra questão por resolver é saber se existiria uma via que abastecia directamente os mercados rurais, ou se esse abastecimento se fazia integrado na rede de distribuição dos centros urbanos do interior, podendo estes funcionar como mercados redistribuidores no território que deles dependia. Parece mais razoável supor esta segunda hipótese, pelo menos para um aglomerado com as características que a Quinta das Longas parece ter. Nesta perspectiva, mais uma vez esta leitura deverá ser enquadrada no âmbito da relação com a capital provincial *Emerita Augusta*, em cujo território esta *uilla* se integraria.

Além da expressão numérica do conjunto, outra leitura imediata do histograma atrás apresentado é a predominância das ânforas lusitanas sobre as importações e, dentro destas, da Classe 23 (Almagro 51c). Esta situação reflecte a grande expressão que tem o comércio de preparados de peixe da Lusitânia no Baixo Império, verificada também em S. Cucufate, onde estas ânforas são as mais numerosas representando cerca de 46% do conjunto (Mayet e Schmitt, 1997, p. 72). Já em Vilares de Alfundão a classe predominante é a 20/21 (Dressel 14) com um presença relativa de 62,5% (Norton et al., 1993-94, p. 189), o que se relaciona com questões de cronologia de ocupação do sítio, que provavelmente terá a sua grande ocupação em época anterior à Quinta das Longas. De qualquer forma, genericamente consideradas, as produções lusitanas são maioritárias no conjunto das ânforas estudadas.

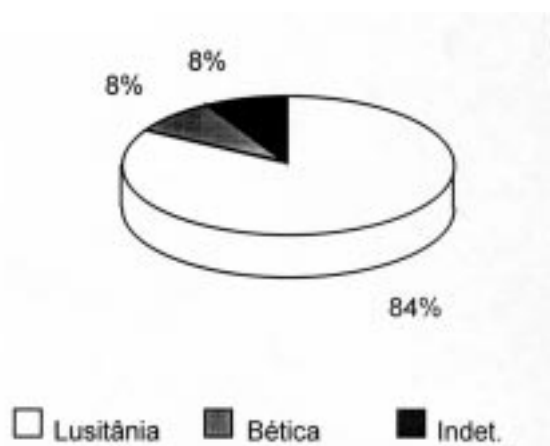


Fig. 3 Distribuição das ânforas de acordo com a sua proveniência.

Esta situação parece ser recorrente em outros centros de consumo no mundo rural. Além dos casos já citados de S. Cucufate e Vilares de Alfundão, situados no interior, também na escavação da *uilla* romana de Povos em Vila Franca de Xira (cuja situação geográfica junto do Tejo, sensivelmente a meio caminho entre *Olisipo* e *Scallabis*, a coloca numa posição bastante diferente em termos de dinâmica de mercado) as ânforas lusitanas são esmagadoramente maioritárias,

representando 82% do conjunto estudado (Banha, 1991, p. 64-67). Igual situação relativa se conhece para a região de Sintra, onde cerca de 60% das ânforas provenientes de contextos vários de ocupação rural são originárias da Lusitânia (Pimenta, 1982-1983, p. 145-147).

Além das ânforas lusitanas, regista-se a presença de ânforas da Bética, mais concretamente de dois exemplares, um destinado ao transporte de preparados de peixe e outro ao transporte de azeite. Estão ausentes, quer as produções itálicas, quer as norte-africanas, que encontramos por exemplo em S. Cucufate ou Povos, embora em ambos os casos com uma expressão quantitativa muito reduzida.

A questão da origem das importações prende-se naturalmente com a questão do conteúdo, que não só reflectem hábitos de consumo como podem espelhar a importância da produção local (ou ausência de produção) dos produtos transportados. Assim, relativamente aos conteúdos, as ânforas da Quinta das Longas distribuem-se da seguinte forma:

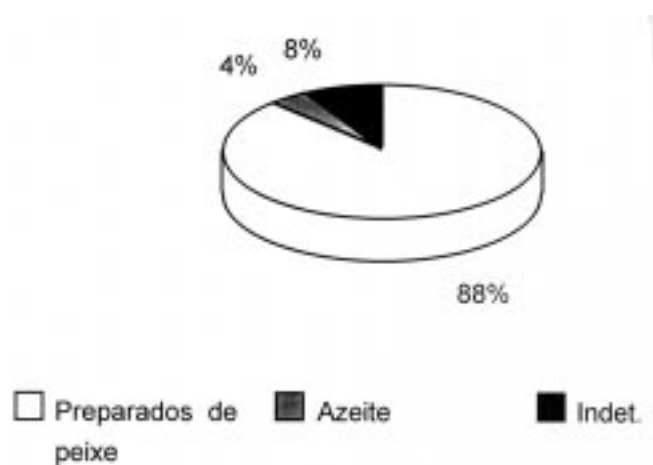


Fig. 4 Distribuição das ânforas de acordo com o seu conteúdo.

O consumo de preparados de peixe é o principal determinante das importações na Quinta das Longas, reflectindo um hábito de consumo bastante arraigado no mundo romano de um produto que naturalmente não podia ser produzido localmente. A razão da fraca expressão da importação de azeite e a ausência de ânforas vinárias deve ser procurada na existência de uma produção local que serviria para consumo próprio.

Esta situação desde há muito vem sendo apontada (cf. Alarcão, 1988, p. 148, 1990, p. 436), sendo tradicionalmente aceite que as importações vinárias se reportam a uma fase inicial do processo de romanização em que a produção local de vinho não está ainda suficientemente desenvolvida, e que a importação de azeite, concretamente da Bética, reflecte um hábito enquanto consumo de prestígio (Alarcão, Étienne e Mayet, 1990, p. 252). Curioso é notar que no caso de Vilares de Alfundão, cujos dados disponíveis parecem apontar para uma ocupação expressiva em época alto-imperial, as ânforas vinárias estão ausentes, embora a natureza da amostra não autorize qualquer inferência baseada neste facto.

Relativamente às importações oleárias, estas materializam-se num único exemplar da Classe 25 (Dressel 20), assumindo assim um carácter vestigial no conjunto de ânforas exumadas até ao momento na Quinta das Longas. Além da existência de uma produção local de azeite, podem

ser encontradas outras razões para a fraca expressão do azeite da Bética nesta *uilla* romana, concretamente o afastamento das rotas de distribuição deste produto na Lusitânia. Com efeito, as ânforas olearias béticas parecem ter, por lado, uma difusão através de uma rota atlântica associada a abastecimentos institucionais e, por outro, uma via interior destinada a áreas mineiras e sobretudo aos grandes centros urbanos do interior (Fabião, 1993-1994, p. 328). A Quinta das Longas está claramente afastada da rota atlântica e possivelmente em relação à via interior ocupa uma posição periférica, da qual o exemplar da classe 25 representaria o carácter residual.

Globalmente considerado, o conjunto das ânforas da Quinta das Longas é um conjunto relativamente homogéneo de ânforas lusitanas destinadas ao transporte de preparados de peixe.

A importação de produtos transportados em ânforas reflecte os hábitos de consumo da população desta *villa* romana, em que os preparados de peixe assumem particular relevância. A constatação da ausência de importações vinárias e o carácter vestigial das importações de azeite fazem pensar numa produção local que serviria as próprias necessidades, embora essa ausência deva ser também equacionada em função da posição que a Quinta das Longas ocupa relativamente às redes de distribuição de produtos transportados em ânforas no interior.

O facto de a maior expressão da presença de ânforas se situar relativamente à chamada “segunda fase de produção” destes contentores lusitanos prende-se naturalmente com a cronologia de ocupação do sítio. Embora identificada uma primeira ocupação que poderá remontar ao século I d.C., a ocupação mais significativa da *uilla* da Quinta das Longas é já de uma fase tardia do Baixo Império, situação que a presença de ânforas da classe 23 em níveis relativos à construção do edifício habitacional veio confirmar. As ânforas da classe 20/21, assim como as importações da classe 19 e 25, parecem corresponder ao primeiro momento de ocupação do sítio, em que teríamos as importações béticas ao lado das primeiras produções lusitanas, sucedendo-se já na *uilla* II uma situação exclusivamente pontuada por importações de preparados de peixe da Lusitânia. No entanto, quer o facto de não haver datações precisas para os contextos estratigráficos em que foram recolhidos os exemplares mais antigos, bem como o facto de a escavação do sítio ainda se encontrar em curso levam a encarar esta leitura com as necessárias cautelas.

A forte presença das ânforas lusitanas é coerente com o que se conhece de outros centros de consumo no mundo rural, reflectindo também a grande importância que tem o mercado de preparados de peixe da Lusitânia, sobretudo em época baixo-imperial. A determinação dos grupos de origem dentro da Lusitânia para as ânforas presentes na Quinta das Longas poderá ser de grande importância para a integração deste sítio rural nas rotas e mercados de abastecimento do interior, já que o comércio de produtos transportados em ânforas não era certamente autónomo de outros abastecimentos de bens de consumo.

Através de uma análise macroscópica das pastas, de base empírica, parece haver uma relação privilegiada com os vales do Tejo e do Sado, em detrimento dos centros produtores algarvios, embora só análises de carácter petrológico e/ou químico o possam eventualmente confirmar. Interessante será também confrontar os dados relativos às ânforas com o estudo de restos de fauna malacológica identificados na lixeira baixo-imperial, que possivelmente estão associados aos mesmos fluxos de abastecimento a partir do litoral.

A leitura do significado das ânforas da Quinta das Longas que agora se apresentam deverá ser feita, naturalmente, no âmbito de um quadro de referência para os circuitos económicos em que este sítio se integra, provavelmente em estreita relação com a capital provincial *Augusta Emerita*. O presente estudo pretende ser uma primeira abordagem a esta questão, procurando que seja desenvolvida no âmbito do prosseguimento do projecto de investigação sobre a ocupação rural romana na região de Elvas.

6. Catálogo

NOTA: as dimensões apresentam-se em milímetros.

1 QL 2(92) A[1]

Fragmento de bordo com arranque de asa. Classe 19 (Beltrán IIb).

Bordo espessado e inclinado para o exterior com arranque do bordo a fazer-se a partir deste. Pasta de cor rosada (5YR 7/4), de textura homogénea, com escassos elementos não plásticos de dimensão pequena, à excepção de nódulos de minério de ferro avermelhados que são de dimensão média ou grande. Diâmetro interno de abertura: 162; Espessura média do bordo e das paredes: 15. Século I-meados do século II.

2 QL (90) H-5 (prospecção)

Fragmento de bordo e asa. Classe 25 (Dressel 20).

Bordo de secção triangular inclinado para o exterior; asa espessa de secção circular que arranca imediatamente abaixo do bordo; colo curto. Pasta vermelha (10R 5/6), de textura homogénea. Elementos não plásticos pouco abundantes de dimensão pequena, entre os quais mica, quartzitos e calcite. Diâmetro interno de abertura: 100; altura do bordo: 26; espessura média do bordo: 28, das paredes: 17, da asa: 36. Apresenta vestígios de ter sido reaproveitada como material de construção, com bastantes concreções de argamassa. Meados do século II.

3 QL 6(96) A [1]

Fragmento de bordo com arranque de asa. Classe 20 / 21 (Dressel 14).

Bordo de secção sub-rectangular arredondada ligeiramente espessado externamente, asa arrancando imediatamente abaixo deste; vestígios de assentamento do bordo em posição invertida durante a secagem. Pasta de tonalidade vermelho-clara (2.5YR 6/6), de aspecto esponjoso com abundantes elementos não plásticos de dimensão média e grande (quartzo, quartzito e calcário). Diâmetro interno de abertura: 130; altura do bordo: 15; espessura média do bordo: 23; das paredes: 15. Século II.

4 QL 1(91) A [1]

Fragmento de bordo. Classe 20/21 (Dressel 14).

Bordo de secção sub-rectangular arredondada ligeiramente espessado externamente. Pasta vermelha clara (10R 6/6). Diâmetro interno de abertura: 170; altura do bordo: 17; espessura média do bordo: 20. Século II.

5 QL 5(95) A [141]

Fragmento de bordo. Classe 20/21 (Dressel 14).

Bordo de secção sub-rectangular arredondado espessado externamente; apresenta vestígios de assentamento do bordo durante a secagem. Pasta vermelho-clara (2.5YR 6/8), de textura folheada, com abundantes elementos não plásticos de dimensão média e pequena, entre os quais quartzitos e micas. Diâmetro interno de abertura: 130; altura do bordo: 16; espessura média do bordo: 28. Século II.

6 QL 2(92) A[1]

Fragmento de bordo. Classe 20/21 (Dressel 14 - tardia).

Bordo espessado externa e internamente, colo estreito. A pasta apresenta vestígios de ter sido queimada ainda durante o processo de cozedura, apresentando-se acinzentada na secção (5YR 7/1). Diâmetro interno de abertura: 90; altura do bordo: 11; espessura média do bordo: 19, das paredes: 10. Transição entre os séculos II e III.

7 QL 1(91) A [27]; 2(92) A [1]

Fragmentos de bordo, colo, asas e bojo. Classe 23 (Almagro 51c - variante B).

Bordo de secção triangular com arranque da asa a partir da sua metade inferior; asa de fita de secção sub-rectangular com canelura na face interna; bojo piriforme, com decoração grafi-tada ondulada no bojo abaixo do apoio da asa. Pasta amarela-avermelhada (5YR 7/6), com a superfície externa da mesma cor; apresenta ainda vestígios de engobe; textura homogénea com abundantes elementos não plásticos de dimensão pequena e média (quartzo, mica, calcário e elementos de óxidos de ferro avermelhados). Diâmetro interno de abertura: 90; do colo: 42; altura do bordo: 24; espessura média do bordo: 18; das paredes: 8; da asa: 16. Meados do século III-IV.

8 QL 1(91) A [12]

Fragmento de bordo com arranque de asa. Classe 23 (Almagro 51c - variante C).

Bordo de secção sub-rectangular arredondada espessado externamente com arranque da asa a partir da sua metade inferior; bem marcado no interior o sulco para encaixe do opérculo; asa de fita de secção sub-rectangular com duas caneluras na face interna, quase vertical. Pasta vermelha (2.5YR 5/8), de textura homogénea e compacta, apresentando abundantes elementos não plásticos de dimensão pequena e média, dos quais se destacam grãos de óxido de minério vermelho e fragmentos de calcário. Diâmetro interno de abertura: 78, do colo: 54; altura do bordo: 19; espessura média do bordo: 11, das paredes: 6, da asa: 16. Parece ser o único exemplar da Classe 23 não produzido no Vale do Sado/Tejo, mas aproximar-se pelas características da pasta das produções algarvias do Martinhal (Silva, Soares e Correia, 1990, 226-223; Mayet, Schmitt e Silva, 1996, p. 156-158). Séculos IV-V.

9 QL 5(95) A [1]

Fragmento de bordo com arranque de asa. Classe 23 (Almagro 51c - variante B ou C?).

Bordo de secção arredondada com arranque da asa na sua parte média. Pasta vermelho-clara (10R 6/8), de textura homogénea com elementos não plásticos pouco abundantes de dimensão pequena (quartzo, mica e calcário). Diâmetro interno de abertura: 104; espessura média do bordo: 18; das paredes: 10; altura do bordo: 23. Meados do século III-IV(V?).

10 QL 2(92) A [48]

Fragmento de bordo com arranque de asa. Classe 23 (Almagro 51c - variante C).

Bordo de secção subtriangular, com arranque da asa a partir da sua metade inferior, asas que deveriam ser quase verticais; bem marcado internamente o sulco para encaixe do opérculo. Pasta de cor vermelha (10R 5/6), mais clara — rosada — no interior (5YR 7/4); textura homogénea e cuidado tratamento de superfícies (interna e externa), com abundantes elementos não plásticos de dimensão pequena e grande (quartzo, mica e óxidos de ferro). Diâmetro interno de abertura: 94, do colo: 48; espessura média do bordo: 17, das paredes: 7; altura do bordo: 27. Séculos IV-V.

11 QL 5(95) A [69]

Fragmento de bordo com arranque da asa. Classe 23 (Almagro 51c - variante B).

Bordo arredondado inclinado para o exterior com arranque da asa imediatamente abaixo deste. A peça apresenta vestígios de forte exposição ao fogo (muito provavelmente em contexto pós-deposicional) encontrando-se a pasta praticamente calcinada. Pasta de cor avermelha (10R 4/4). Diâmetro interno de abertura: 104; do colo: 50; altura do bordo: 21; espessura média do bordo: 20; das paredes: 13. Meados do século III-IV.

12 QL 6(96) A [1]

Fragmento de asa com pequena parte do bordo. Classe 23 (Almagro 51c - variante B).

Bordo arredondado com arranque da asa a partir da sua metade inferior; asa de fita com duas caneluras na face externa. Pasta amarelo-avermelhada (5YR 7/6), de textura homogénea com abundantes elementos não plásticos de dimensão média e grande, entre os quais quartzo e mica. Diâmetro interno de abertura 58 *; espessura média do bordo: 14, da asa: 16; altura do bordo: 17; Meados do século III-IV.

*cálculo aproximado dado a reduzida dimensão de bordo conservada.

13 QL 2(92) A [1]

Fragmento de bordo muito rolado. Classe 23 (Almagro 51c - variante B ou C?).

Bordo de secção arredondada ligeiramente espessado externamente. Pasta de cor vermelha-clara (2.5YR 6/6) de textura homogénea com abundantes elementos não plásticos de dimensão pequena, dos quais se destacam nódulos vermelhos de óxidos ferruginosos. Diâmetro interno de abertura: 94; altura do bordo: 20; espessura média do bordo: 21. Meados do século III-IV(V?).

14 QL 4(94) A [1]

Fragmento de bordo. Classe 23 (Almagro 51c - variante B).

Bordo de secção arredondada espessado externamente, marcando na face interna o encaixe do opérculo. Pasta amarelo-avermelhada (5YR 7/6), de textura homogénea com elementos não plásticos pouco abundantes (quartzo, mica e nódulos de óxidos ferruginosos). Diâmetro interno de abertura: 98; altura do bordo: 21; espessura média do bordo: 18. Meados do século III-IV.

15 QL 6(96) A [1]

Fragmento de bordo. Classe 23 (Almagro 51c - variante C ou B?).

Bordo de secção subtriangular, parecendo ter bem marcado o sulco interno para encaixe do opérculo. Pasta homogénea de cor amarelo-avermelhada (5YR 7/6), com tratamento de superfície cuidado; abundantes elementos não plásticos de dimensão média e grande, entre os quais quartzito, mica e calcário. Diâmetro interno de abertura: 102; altura do bordo: 23; espessura média do bordo: 12. Século (III?)IV-V.

16 QL 8(98) A[1]

Fragmento de bordo. Classe 23 (Almagro 51c - variante?).

Bordo de secção triangular. Pasta castanho-avermelhado (5YR 4/4), com a superfície externa da mesma cor; apresenta ainda vestígios de engobe. Teve uma cozedura redutora. Textura homogénea com abundantes elementos não plásticos de dimensão pequena e média (quartzo, mica, calcário e elementos de óxidos de ferro avermelhados). Diâmetro interno de abertura: 114; altura do bordo: 18; espessura média do bordo: 20; das paredes: 12. Meados do século III-IV(V?).

17 QL 2(92) A [1]

Fragmento de fundo. Classe 23 (Almagro 51c - variante C).

Fundo troncocónico preenchido. Pasta vermelho-clara (2.5YR 6/6), com elementos não plásticos muito abundantes de dimensão grande, entre os quais quartzo e calcário. Diâmetro médio: 45. Séculos IV-V.

18 QL (90) R.S.

Fragmento de fundo. Classe 23 (Almagro 51c - variante B).

Fundo cilíndrico oco com ônfalo central. Pasta vermelho-clara (10R 6/8), de textura medianamente compacta com abundantes elementos não plásticos de dimensão média e pequena. Diâmetro médio: 43; altura: 45. Este tipo de fundo encontra-se presente nos ataliers de Abul e Pinheiro no Vale do Sado (Mayet, Schmitt e Silva, 1996, p. 51-59 e 63-69; Mayet e Silva, 1998, p.143-146), na Quinta do Rouxinol (Duarte e Raposo, 1996, p. 238-248). Meados do século III-IV.

19 QL 2(92) A[1]

Fragmento de fundo. Classe 23 (Almagro 51c - variante B).

Fundo [cilíndrico ?] oco com ônfalo na base. Pasta vermelha-clara (10R 6/8), de textura homogénea com abundantes elementos não plásticos de dimensão pequena e média (quartzo e calcário). Diâmetro médio: 51. Meados do século III-IV.

20 QL 8(98) A [213]

Fragmento de colo e arranque de asa. Classe 23 (Almagro 51c - variante ...?) .

A asa arranca a partir da sua metade inferior do bordo. Pasta vermelha (2.5YR 4/8). A superfície apresenta ainda vestígios de engobe; textura homogénea com abundantes elementos não plásticos de dimensão pequena e média (quartzo, mica, calcário e elementos de óxidos de ferro avermelhados). Diâmetro interno do colo: 50; espessura média das paredes: 18. Meados do século III-IV(V?).

21 QL 1(91) A [1]

Fragmento de bordo. Classificação indeterminada.

Bordo de secção sub-rectangular alongada formando uma aba vertical. Pasta amarelo-avermelhada (5YR 6/6). Textura homogénea com abundantes elementos não plásticos, entre os quais abundantes nódulos vermelhos de óxidos de ferro, mica e calcário (em menor quantidade). Espessura média do bordo: 14.

22 QL 2(92) A [1]

Fragmento de fundo. Classificação indeterminada.

Fundo cilíndrico oco, possivelmente de base plana. A pasta não parece muito característica das produções anfóricas, de cor vermelha nas superfícies exteriores e cinzenta avermelhada na secção (10R 5/1). A peça teve uma cozedura redutora com arrefecimento oxidante apresentando vestígios de ter sido queimada ainda no processo de cozedura; a textura é homogénea com abundantes inclusões de calcário. Diâmetro do fundo: 50; espessura média das paredes: 12, do fundo 12?.

23 QL 5(95) A [26] (não ilustrado).

Fragmento de bojo. Classe 23 (Almagro 51c) ?

Fragmento de bojo com grafito não completo com duas linhas paralelas. Pasta amarela-

-avermelhada (5YR 7/6), de textura homogénea com elementos não plásticos pouco abundantes, alguns de dimensão grande (quartzo e nódulos vermelhos de óxidos ferrosos). A atribuição da classificação é baseada nas características da pasta e no tipo de grafito, presente não só noutra exemplar da Quinta das Longas (n.º 7) como em vários contentores deste tipo dos fornos do Pinheiro (Mayet e Silva, 1998). Séculos III-V.

24 QL 3(93) A [52] (não ilustrado).

Fragmento de bojo. Classe 23 (Almagro 51c) ?

Fragmento de bojo com grafito não completo com duas linhas paralelas. Pasta amarela-avermelhada (5YR 7/6), de textura homogénea com elementos não plásticos pouco abundantes de dimensão pequena e média (quartzo e nódulos vermelhos de óxidos ferrosos). A atribuição da classificação é baseada nas características da pasta e no tipo de grafito, presente não só noutra exemplar da Quinta das Longas (n.º 7) como em vários contentores deste tipo dos fornos do Pinheiro (Mayet e Silva, 1998). Séculos III-V.

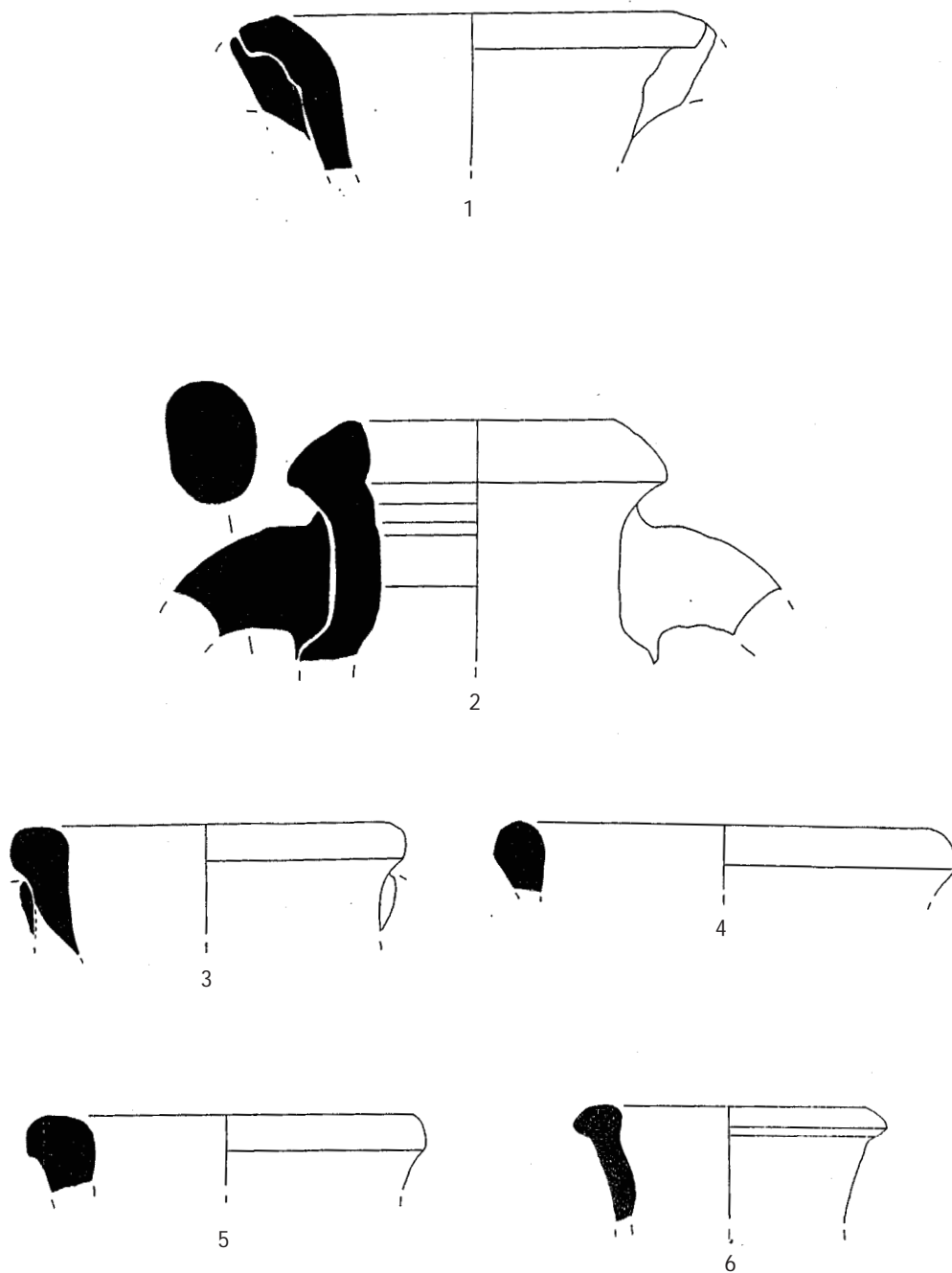


Fig. 5 Ânforas: Classe 19 - Beltrán IIB (n.º 1); Classe 25 - Dressel 20 (n.º 2); Classe 20/21- Dressel 14 (n.ºs 3 a 6).

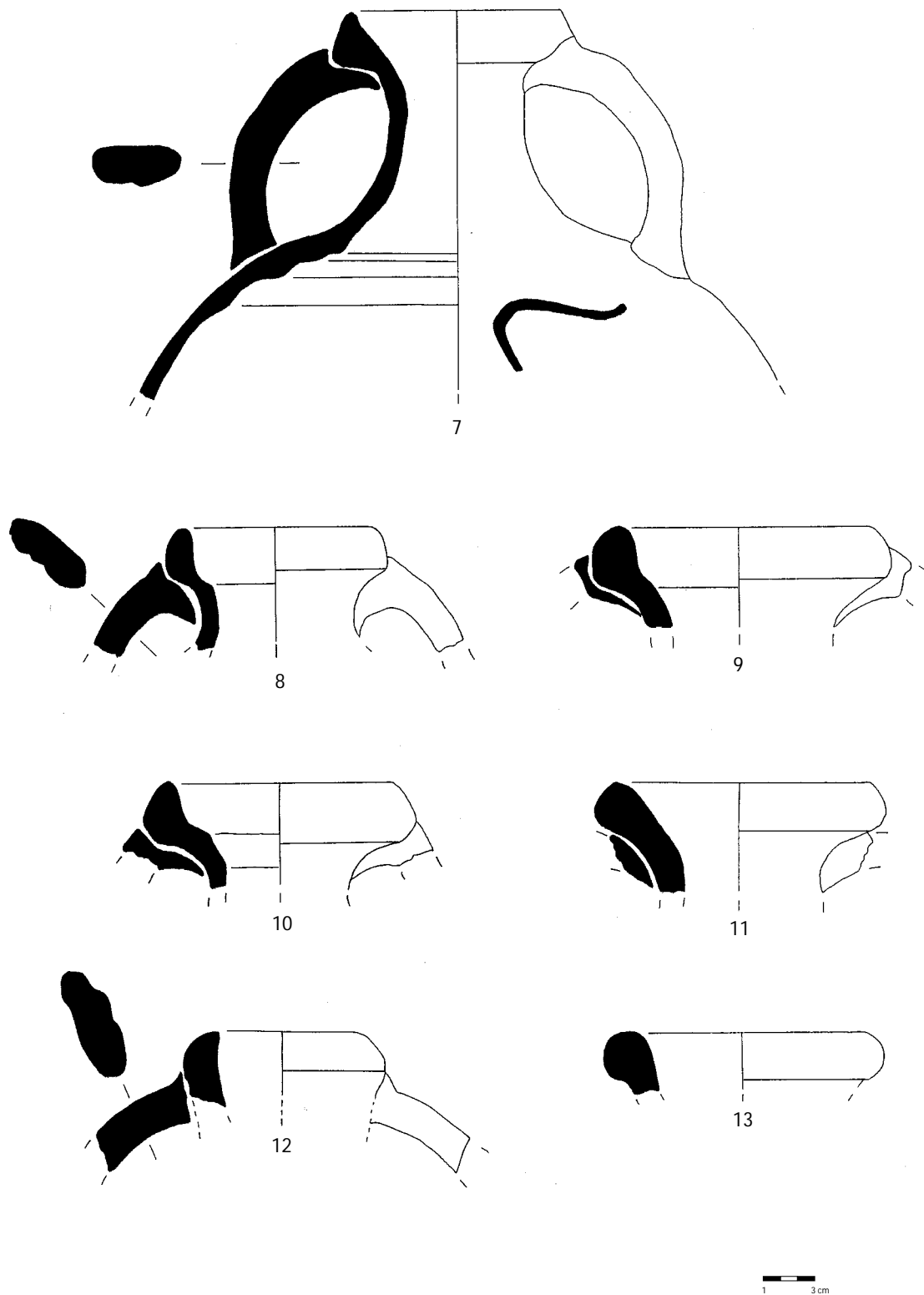


Fig. 6 Ânforas: Classe 23 - Almagro 51c (n.ºs 7-13).

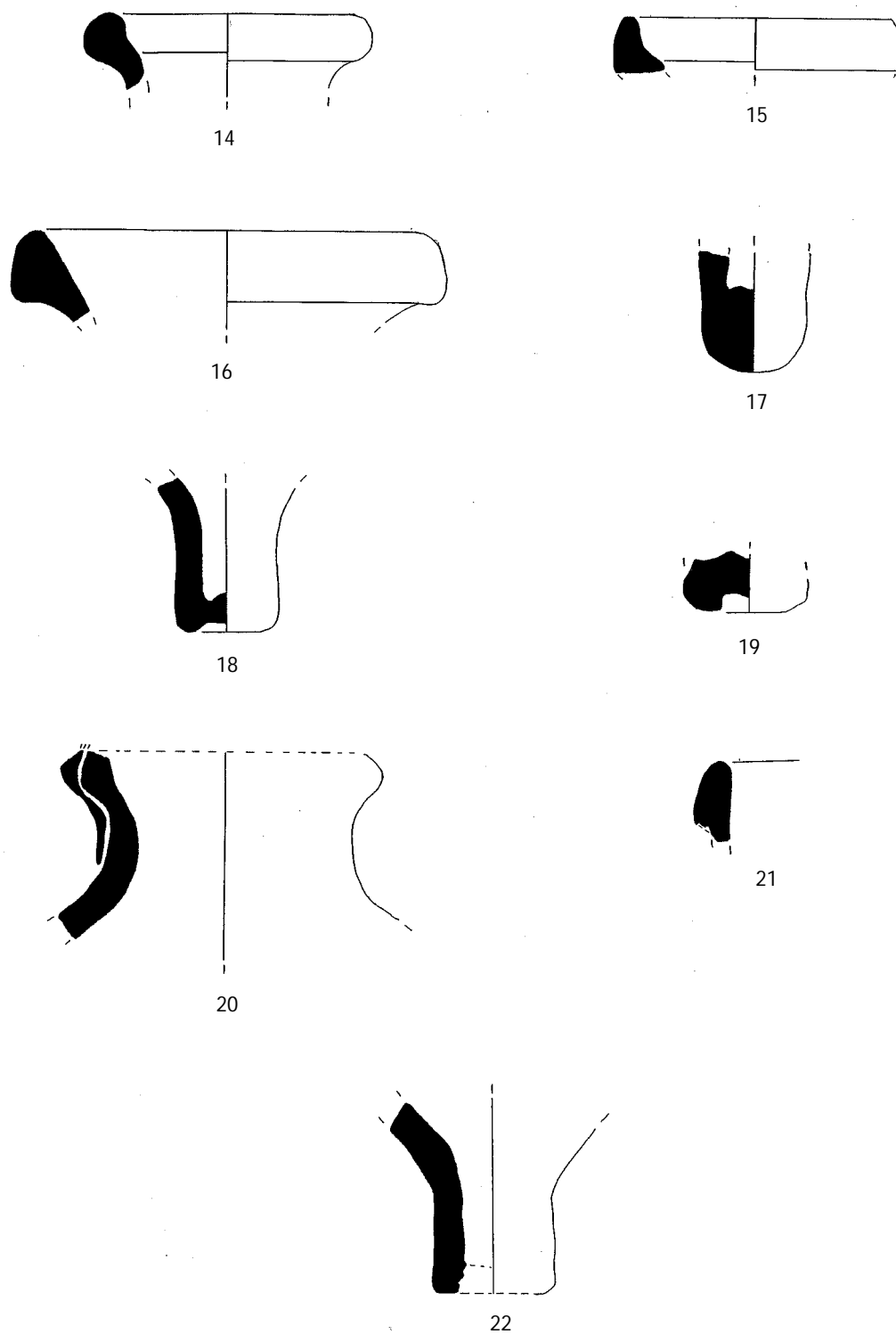
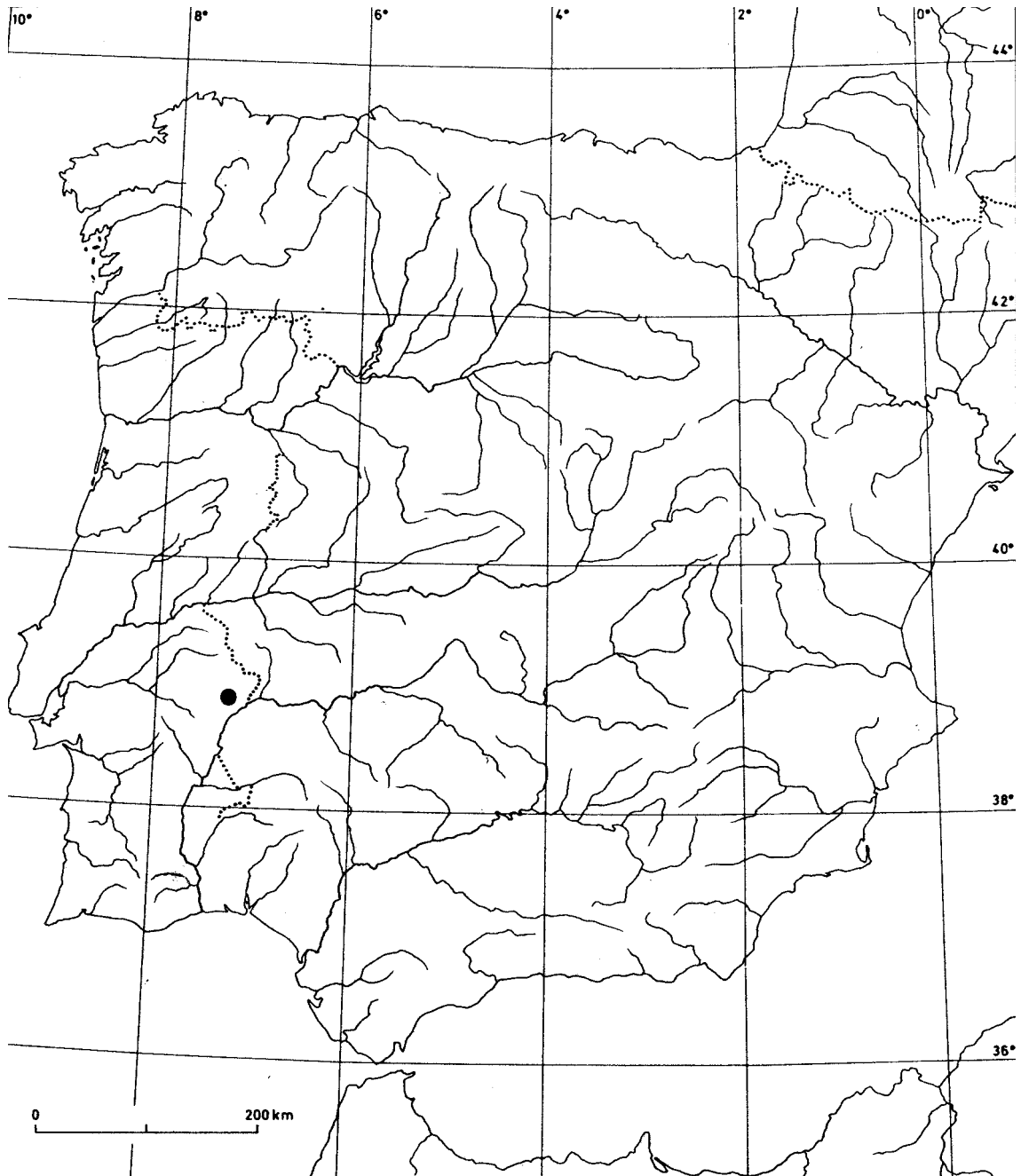
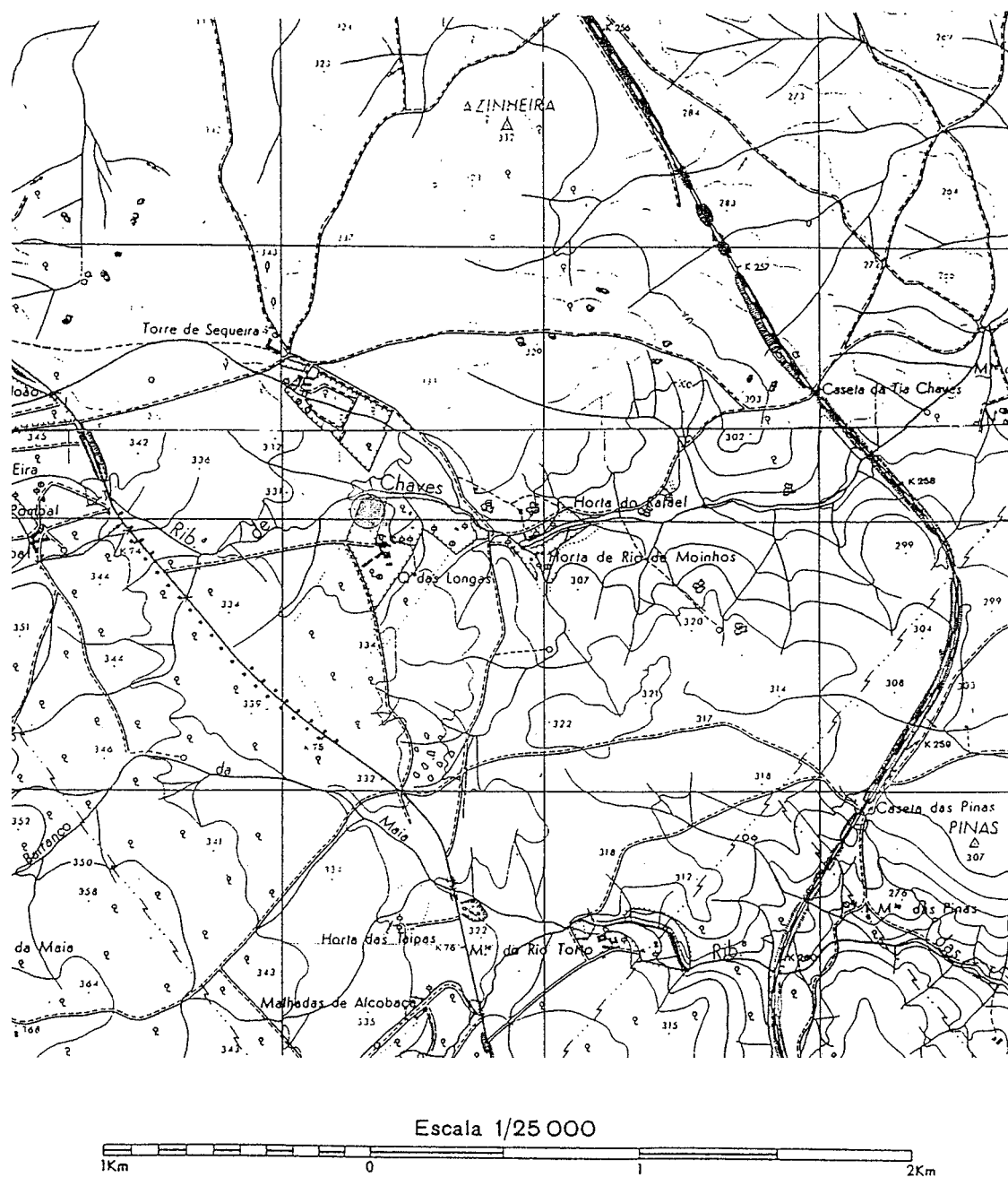


Fig. 7 Ânforas: Classe 23 - Almagro 51c (n.ºs 14-20); classificação indeterminada (n.ºs 21-22).

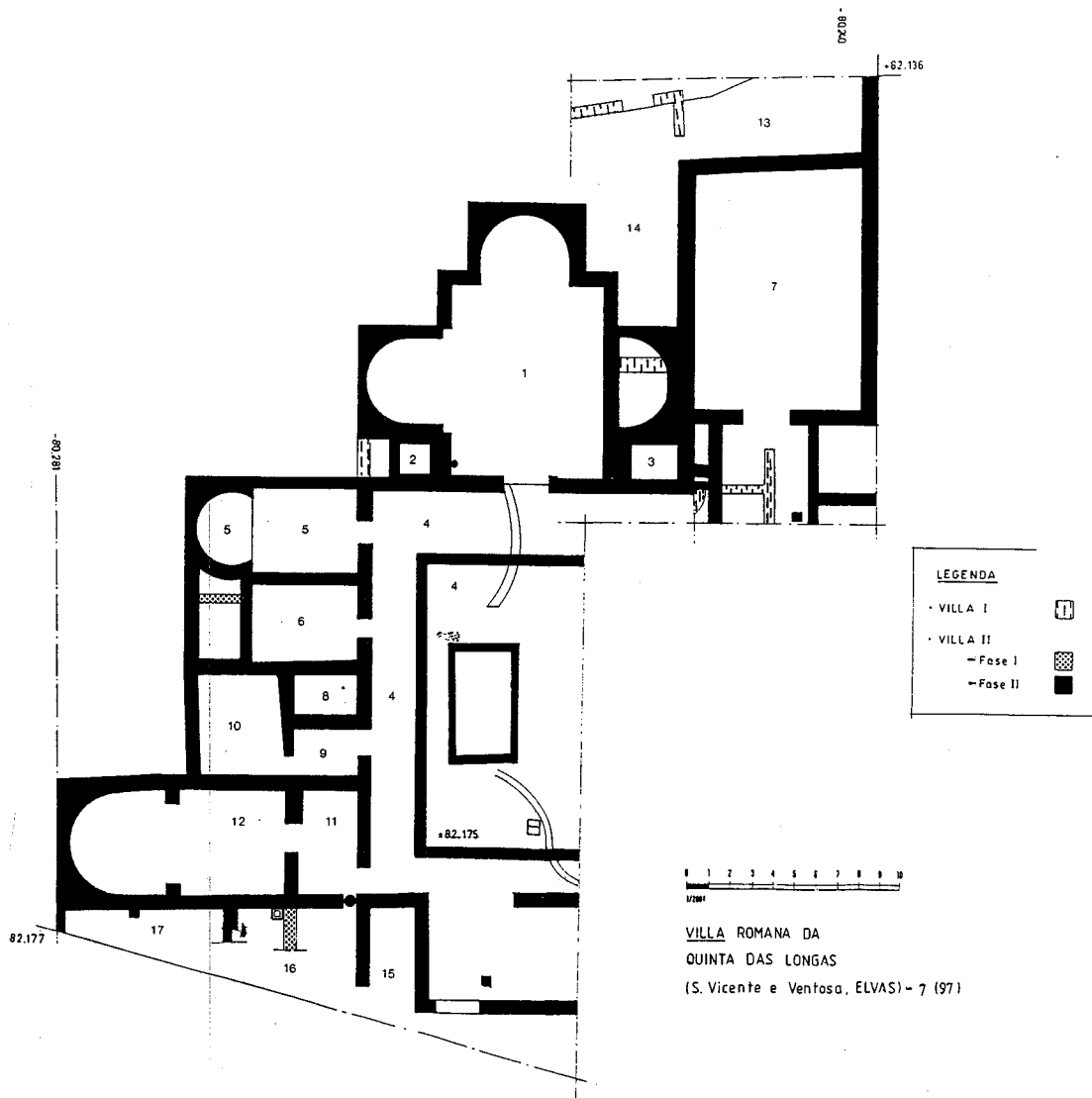
Anexos



Anexo I Localização da Quinta das Longas na Península Ibérica.



Anexo II Localização da Quinta das Longas na Carta Militar de Portugal 1:25 000 (Folha 414).



Anexo III Planta da uilla Romana da Quinta das Longas no final da 7ª Campanha de Trabalhos Arqueológicos (1997).

NOTAS

- * Câmara Municipal de Santarém e Investigadora do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ).
- ** Biblioteca Condes de Castro Guimarães da Câmara Municipal de Cascais e Investigador do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ).
- ¹ Os autores participaram no volume *IN Memoriam Carlos Alberto Ferreira de Almeida* com uma versão reduzida deste artigo, onde, por constrangimentos editoriais, foi eliminada a Bibliografia. O presente artigo é uma versão revista e aumentada de um trabalho elaborado no âmbito do seminário "Cerâmica Romana", do Mestrado de Arqueologia Romana da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra por um dos signatários (MJA). As tintagens são da autoria da Dr^a Ana Sofia Gomes, a quem os autores muito agradecem.
- ² Poderemos estar em presença da necrópole da *uilla* considerando a localização e o facto de ter sido recolhida uma base de coluna que poderá ter pertencido a um pequeno monumento funerário. Esta hipótese só poderá naturalmente ser confirmada com uma intervenção arqueológica no local, que se pretende realizar no âmbito do projecto de investigação em curso.
- ³ Na discussão deste assunto veja-se Fabião e Carvalho 1990: 41-49.
- ⁴ Mayet, Schmitt e Silva 1996: n°6-8.
- ⁵ Idem n° 23-26.
- ⁶ Idem n°44.
- ⁷ Idem n°76.
- ⁸ Idem n° 179; 183-184.
- ⁹ Amaro 1990 n°3.
- ¹⁰ Raposo 1990 n°10-11; 13-14.
- ¹¹ Mayet e Schmitt 1997 n° 42-43.
- ¹² Mayet, Schmitt e Silva 1996 n°41.
- ¹³ Idem n°88.
- ¹⁴ Mayet e Silva 1998 n° 3-9.
- ¹⁵ Embora não publicadas, estão em exposição no Museu Arqueológico de Montemor-o-Novo exemplares de ânforas da Classe 23 (Almagro 51c) provenientes do sítio do Curral dos Cães. No sítio da Horta do Rangem, próximo da Quinta das Longas, foi recolhido à superfície também um fragmento de ânfora da mesa classe, publicado na notícia de identificação do sítio.
- ¹⁶ Convém salientar esta disparidade existe não só enquanto ao tipo de sítio, mas também quanto à natureza e dimensão dos trabalhos realizados. Mais do que comparar o número de ânforas identificadas (24 na Quinta das Longas e 1132 em S.Cucufate) seria interessante equacionar a posição relativa das ânforas em função dos outros tipos cerâmicos identificados.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. de (1988) - *O Domínio romano em Portugal*. Mem Martins : Publicações Europa-América (Forum da História ; 1).
- ALARCÃO, J. de (1990) - A circulação de bens e produtos. In SERRÃO, J. ; MARQUES, A. H. de O., eds. - *Nova História de Portugal*. Lisboa : Presença, vol. 1, p. 431-437.
- AMARO, C. (1990) - Olaria romana da Garrocheira, Benavente. In ALARCÃO, A. ; MAYET, F., eds. - *As ânforas lusitanas: tipologia, produção, comércio*. Conimbriga/Paris : Museu Monográfico/Diffusion de Bocard, p. 87-96.
- ARRUDA, A. M. ; FABIÃO, C. (1990) - Ânforas da Quinta do Lago (Loulé). In ALARCÃO, A. ; MAYET, F., eds. - *As ânforas lusitanas: tipologia, produção e comércio*. Conimbriga : Museu Monográfico de Conimbriga ; Paris : E. de Bocard, p. 199-214.
- BANHA, C. (1991-1992) - As ânforas da *uilla* romana de Povos. *Cira: Boletim Cultural*. Vila Franca de Xira, 5, p. 49-90.
- BELTRÁN LLORIS, M. (1970) - *Las ánforas romanas en España*. Zaragoza : Diputación Provincial (Monografías Arqueológicas ; 8).
- CABRAL, J. M. P. ; GOUVEIA, M. A. ; MORGADO, I. (1996) - Caracterização química das produções de ânforas do Vale do Tejo: I - Porto dos Cacos. In FILIPE, G. ; RAPOSO, J. M. C., eds. - *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado*. Seixal : Câmara Municipal ; Lisboa : Dom Quixote (Nova Enciclopédia ; 53), p. 301-322.
- CARVALHO, A. (1992) - Escavações arqueológicas na *uilla* Romana da Quinta das Longas. *Al-madan*. 2.ª Série. Almada. 1, p. 90.
- CARVALHO, A. (1994) - A *uilla* romana da Quinta das Longas (S. Vicente e Ventosa, Elvas): as prospecções de 1990. In *Actas das V Jornadas Arqueológicas (Lisboa 1993)*. Lisboa : Associação dos Arqueólogos Portugueses, vol. 2, p. 239-251.
- CARVALHO, A. ; ALMEIDA, M. J. de ; PINTO, I. (1997) - Notícia da identificação do sítio romano da Horta do Rangem. *Al-madan*. 2ª Série. Almada. 6, p. 169-170.
- DIOGO, A. M. D. (1987) - Quadro tipológico das ânforas de fabrico lusitano. *O Arqueólogo Português*. 4ª série. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 5, p. 179-192.
- DUARTE, A. L. ; RAPOSO, J. M. C. (1996) - Elementos para a caracterização das produções anfóricas da Quinta do Rouxinol (Corroios/Seixal). In FILIPE, G. ; RAPOSO, J. M. C., eds. - *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado*. Seixal/Lisboa: Câmara Municipal do Seixal/Publicações Dom Quixote (Nova Enciclopédia ; 53), p. 237-247.
- ETIENNE, R. ; MAYET, F. (1993-1994) - La place de Lusitanie dans le commerce méditerranéen. *Conimbriga*. Coimbra. 32-33, p. 201-218.
- ÉTIENNE, R. ; MAKAROUN, Y. ; MAYET, F. (1994) - *Un grand complexe industriel a Tróia (Portugal)*. Paris : Diffusion E. de Bocard.
- FABIÃO, C. (1993-1994) - O azeite da *Baetica* na Lusitânia. *Conimbriga*. Coimbra. 32-33, p. 219-246.

- FABIÃO, C. (1996) - Sobre a tipologia das ânforas da Lusitânia. In Filipe, G. e Raposo, J. M. C., eds. - *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado*. Seixal/Lisboa: Câmara Municipal do Seixal/Publicações Dom Quixote (Nova Enciclopédia ; 53), p. 371-390.
- FABIÃO, C. (1997) - Novidades sobre o Sado?: alguns comentários sobre um livro recente. *Vipasca*. Aljustrel. 6, p. 159-169.
- FABIÃO, C. ; CARVALHO, A. (1990) - Ânforas da Lusitânia: uma perspectiva. In Alarcão, A. ; Mayet, F., eds. - *As ânforas lusitanas: tipologia, produção e comércio*. Conímbriga/Paris: Museu Monográfico de Conímbriga/Diffusion E. de Boccard, p. 37-64.
- GORGES, J.-G. (1979) - *Les uillas hispano-romaines : inventaire et problématique archéologiques*. Paris : Diffusion E. de Boccard.
- MAYET, F. ; SCHMITT, A. (1997) - Les amphores de São Cucufate (Beja). In ÉTIENNE, R. ; MAYET, F., eds. - *Itinéraires Lusitaniens*. Paris : Diffusion E. de Boccard, p. 71-109.
- MAYET, F. ; SILVA, C. T. da (1998) - *L'atelier d'amphores de Pinheiro (Portugal)*. Paris : Diffusion E. de Boccard.
- MAYET, F. ; SCHMITT, A. ; SILVA, C. T. da (1996) - *Les amphores du Sado (Portugal): Prospection des fours et analyse du matériel*. Paris: Diffusion E. de Boccard.
- NORTON, J. ; CARDOSO, J. L. ; SILVA, C. T. da ; CANILHO, M. H. (1993-1994) - Ânforas da uilla romana de Vilares de Alfundão (Ferreira do Alentejo). *Conímbriga*. Coimbra. 32-33, p. 181-190.
- PAÇO, A. do ; LEMOS, J. de (1962) - Reconhecimentos arqueológicos de emergência nas herdades da Comenda da Igreja e Comendinha (Montemor-o-Novo). In *Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências: Secção VII. História e Arqueologia*. Porto : Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, p. 317-333.
- PARKER, A. J. (1977) - Lusitanian amphoras. In *Méthodes Classiques et Méthodes Formelles dans l'Étude des Amphores*. Rome : École Française de Rome, (Collection de L'École Française de Rome ; 32), p. 35-46.
- PEACOCK, D. P. S. ; WILLIAMS, D. F. (1986) - *Amphorae and the Roman economy: an introductory guide*. London-New York : Longman.
- PIMENTA, F. C. (1982-1983) - Subsídios para o estudo do material anfórico conservado no Museu Regional de Sintra. *Sintria*. Sintra. 1:1-2, p. 117-150.
- PIRES, A. T. (1901) - Catálogo do Museu Archeologico de Elvas. *O Archeologo Português*. Lisboa. 6, p. 209-236.
- RAPOSO, J. M. C. (1990) - Porto dos Cacos: uma oficina de produção de ânforas no Vale do Tejo. In ALARCÃO, A. ; MAYET, F., eds. - *As ânforas lusitanas: tipologia, produção e comércio*. Conímbriga/Paris : Museu Monográfico de Conímbriga/Diffusion E. de Boccard, p. 117-152.
- RAPOSO, J. ; SABROSA, A. (1995) - Ânforas do Vale do Tejo: as olarias do Rouxinol (Seixal) e Porto dos Cacos (Alcochete). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 35:3, p. 331-352.
- RIBEIRO, F. N. (1972) - *A uilla romana de Pisões*. Beja: [s.n.].
- SILVA, C. T. da (1996) - Produção de ânforas na área urbana de Setúbal: a oficina do Largo da Misericórdia. In FILIPE, G. ; RAPOSO, J. M. C., eds. - *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado*. Seixal/Lisboa : Câmara Municipal do Seixal/Publicações Dom Quixote (Nova Enciclopédia; 53), p. 43-54.
- SILVA, C. T. da ; SOARES, A. C. ; CORREIA, V. H. (1990) - Produção de ânforas romanas no Martinhal (Sagres). In Alarcão, A. e Mayet, F., eds. - *As ânforas lusitanas: tipologia, produção e comércio*. Conímbriga/Paris : Museu Monográfico de Conímbriga/Diffusion E. de Boccard, p. 225-246.
- VASCONCELLOS, J. L. de (1898) - Olaria luso-romana de S. Bartolomeu de Castro Marim. *O Archeologo Português*. Lisboa. 4, p. 329-336.

